



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

**GABINETE DO MINISTRO DOS
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**

Exmo. Senhor
Dr. João Bezerra da Silva
Chefe de Gabinete de S. Exa. a
Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares

Assunto: Resposta à pergunta Parlamentar n.º 419/XV/1ª de 26 de julho de 2022

Cabo Delgado,

Encarrega-me o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros de, em resposta à pergunta parlamentar em epígrafe, levar ao conhecimento de V. Exa. os seguintes esclarecimentos:

A paz, a segurança e a prosperidade da província moçambicana de Cabo Delgado e da Comunidade Portuguesa ali residente são indissociáveis. E é também por isso que Portugal tem sido e vai continuar a ser um participante ativo e um promotor, quer bilateralmente, quer multilateralmente, da estabilização e securização em Cabo Delgado, em estreita articulação e colaboração com as autoridades moçambicanas.

Com o objetivo de atualizar o Plano de Contingência da Embaixada de Portugal em Moçambique, na parte relativa à região de Cabo Delgado, realizou-se em 2021 uma missão CPAT (*Contingency Planning Assistance Team*), constituída por elementos do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), Ministério da Defesa Nacional (MDN) e da Presidência do Conselho de Ministros, e que contou com o apoio da Embaixada de Portugal em Moçambique e do Consulado-Geral de Portugal na Beira. No âmbito desta iniciativa foram tomadas as seguintes medidas:

- Atualização das listas de portugueses residentes na região de Cabo Delgado;
- Identificação de locais de agrupamento e de evacuação;
- Definição de coordenadores de célula;
- Determinação de rotas seguras;
- Atualização dos sistemas de comunicação.



REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DOS
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Foram ainda estabelecidos contactos com as autoridades locais e com a comunidade portuguesa, a quem foram transmitidas recomendações de segurança.

A parceria bilateral entre Portugal e Moçambique no domínio da paz e segurança tem sido particularmente intensa e focada na resolução dos conflitos que assolam Moçambique, em particular o conflito em Cabo Delgado. Portugal tem reiterado, tanto bilateralmente como ao nível da União Europeia, a sua disponibilidade para apoiar uma resposta abrangente aos desafios securitários e humanitários na província de Cabo Delgado, assente no triplo nexa (segurança, desenvolvimento e apoio humanitário).

Na vertente bilateral de cooperação na área da Defesa foi assinado em maio de 2021 um novo Programa-Quadro de Cooperação no Domínio da Defesa, para o período 2021-2026. Ao abrigo deste novo Programa-Quadro foi acordado o envio de uma missão focada na organização logística e na capacitação das Forças Armadas e de Defesa de Moçambique (FADM). A formação, iniciada em maio de 2021, foi efetuada por cerca de 60 militares nacionais, entretanto integrados na Missão de Treino Militar da União Europeia (EUTM). Ao abrigo deste programa foram formadas duas companhias, uma de Fuzileiros, em setembro de 2021, e outra de Comandos, em outubro do mesmo ano, ambas destacadas para Cabo Delgado.

O Governo moçambicano formalizou um pedido de apoio para uma cooperação bilateral da União Europeia e em julho de 2021 foi aprovado o destacamento para Moçambique de uma Missão de Treino Militar (a já referida EUTM), bem como Medidas de Assistência no quadro do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (MEAP) para fornecimento de equipamento não-letal, no valor de 89 MEUR.

Portugal tem sido um ativo defensor, no seio da União Europeia, da necessidade de apoiar Moçambique, tendo sido durante a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia que a EUTM Moçambique foi estabelecida. Por outro lado, Portugal teve igualmente um papel fundamental nos contactos entre as autoridades moçambicanas e a União Europeia, incluindo por intermédio do projeto bilateral de Cooperação no Domínio da Defesa que serviu de ponte para o estabelecimento da missão europeia naquele país.

A EUTM iniciou as suas operações em outubro de 2021 e em novembro do mesmo ano deu início à capacitação das 11 companhias de fuzileiros e comandos das FADM que integrarão uma Força de Resposta Rápida (FRR),



até 2023. Portugal é o maior contribuinte de tropas para a EUTM, atualmente com 68¹ efetivos, sendo que até à data foram formadas 4 companhias das 11 previstas. A missão visa, também, prestar: i) formação militar, incluindo a preparação operacional; ii) formação especializada, incluindo na luta contra o terrorismo; e iii) formação e educação sobre proteção de civis, direitos humanos e direito humanitário.

A EUTM Moçambique é também a primeira a beneficiar das Medidas de Assistência ao abrigo do MEAP, inserido na lógica de “train & equip”, que permitem o fornecimento de equipamento militar não-letal às unidades treinadas pela missão.

Cumpra também recordar que a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) lançou a Missão Militar (SAMIM) para apoiar Moçambique no combate ao terrorismo, que iniciou a sua atividade no terreno em agosto de 2021, com um mandato de três meses que tem vindo a ser renovado desde então.

Paralelamente, as FADM são auxiliadas por um contingente do Ruanda, desde julho de 2021, com cerca de 2000 militares e polícias e, neste contexto, as autoridades ruandesas formalizaram um pedido de apoio financeiro à União Europeia, na sequência do que veio a ser aprovada uma Medida de Assistência ao Ruanda através do MEAP, no valor de 20 MEUR, para o período de um ano, com exclusão de fornecimento de equipamento letal.

Por seu lado, a SAMIM já recebeu cerca de 1,9 MEUR através do MEAP. A SADC solicitou também um financiamento do MEAP para a SAMIM, através da União Africana.

Enquadrada pelo Programa Estratégico de Cooperação (PEC), a Cooperação bilateral de Portugal com Moçambique pauta-se por uma intervenção alinhada com as prioridades de Moçambique em matéria de desenvolvimento e da ajuda humanitária e de emergência.

Moçambique tem sido dos principais beneficiários da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) concedida por Portugal, ocupando a 1.^a posição, em

¹ A EUTM Moçambique conta atualmente com o apoio de 12 Estados-Membros, 102 militares e 12 civis da empresa IQARUS, a saber: Portugal (68 militares, incluindo o Oficial General que comanda a força no terreno); Áustria (1 civil); Bélgica (3 militares); Espanha (1 militares); Estónia (1 militar); Finlândia (4 militares), Eslovénia, França (7 + 16 com retração prevista a 5 de julho), Grécia (8 militares), Lituânia (2 militares), Luxemburgo e Roménia (6 militares).



2020,² em termos de *ranking* de beneficiários de APD bilateral portuguesa. A APD portuguesa destinada a Moçambique registou, no período de 2009 a 2021, o montante global líquido de cerca de 609MEUR.

O novo PEC 2022-2026, assinado em novembro de 2021, contém um envelope financeiro indicativo de 170 MEUR. Este instrumento está orientado para a promoção do desenvolvimento das instituições moçambicanas e apoio à melhoria das condições de vida das populações. Ao mesmo tempo, contempla as necessárias adaptações com vista a responder aos desafios atualmente enfrentados por Moçambique, nomeadamente a situação humanitária e securitária em Cabo Delgado, para além de outros desafios como o combate ao contexto pandémico provocado pelo impacto do COVID-19. Assenta assim nos seguintes sectores de intervenção prioritária: (i) Educação e Cultura; (ii) Saúde, Assuntos Sociais e Trabalho; (iii) Justiça, Segurança e Defesa; (iv) Ambiente, Energia, Agricultura e Pescas; (v) Finanças Públicas, Economia e Infraestruturas; (vi) Ação Humanitária e Resiliência; e (vii) Áreas transversais.

Em matéria de Desenvolvimento e como forma de dar resposta às raízes do conflito em Cabo Delgado, combatendo o aliciamento de jovens para a integração de grupos radicais, Portugal, em parceria com a União Europeia, desenvolveu e implementa no âmbito do PEC o projeto de cooperação delegada “+EMPREGO - Promover Emprego e as Parcerias Público-Privadas no Setor do Gás Natural em Cabo Delgado”.

Este projeto foi lançado em novembro de 2020 e visa qualificar cerca de mil jovens da região, proporcionando-lhes igualmente perspetivas de emprego, apoiando também a inserção das pequenas e médias empresas (PME) locais na cadeia de valor da indústria do gás natural. O projeto prevê um período de implementação de 48 meses, até dezembro de 2024, e conta com um financiamento de 4,2 MEUR. As ações de formação têm decorrido a bom ritmo e contam com a colaboração de diferentes entidades, desde ONGD’s a empresas, procurando dar uma resposta estrutural às poucas perspetivas de emprego e melhores condições de vida a grande parte da população, que é jovem, que reside naquela província.

No que respeita à vertente humanitária é de salientar o importante papel da sociedade civil pela sua capacidade de mobilização e de resposta a situações de emergência provocadas pelo conflito, mas também no apoio à

² Dados do Relatório do Exame do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), publicado a 14 de abril de 2022.



reconstrução na sequência dos ciclones Idai e Kenneth que também afetaram Cabo Delgado. As ONGD têm colaborado com as autoridades locais na identificação dos problemas concretos das populações e na apresentação de propostas de intervenção. Em abril de 2021, foi ativado o Instrumento de Resposta Rápida para Ações de Emergência, coordenado pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua. Foram disponibilizados nesse âmbito 250 mil EUR adicionais, alocados a projetos das ONGD HELPO e OIKOS destinados ao apoio a deslocados internos e às populações de Cabo Delgado.

No contexto do exame periódico levado a cabo à Cooperação Portuguesa pelos membros do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) cujo relatório final foi apresentado em Lisboa, a 21 de abril passado, em sessão copresidida por S.Exa. SENEK e pela Presidente do CAD, foi evidenciada como boa prática entre os membros daquele Comité a capacidade de resposta de Portugal às sucessivas situações de fragilidade em Moçambique (ciclones, pandemia, conflitos no norte e situação humanitária dos deslocados internos), subjacente à abordagem do Nexo Humanitário-Desenvolvimento-Paz (triplo nexos).

As contribuições nacionais no âmbito multilateral têm também procurado dar resposta à situação que se vive em Cabo Delgado em estreito alinhamento com as prioridades definidas pelas autoridades moçambicanas. Neste contexto, destaca-se o apoio concedido àquela província através das seguintes iniciativas:

- (i) Apoio ao Programa Alimentar Mundial, no montante de 50 mil EUR, em dezembro de 2021;
- (ii) Apoio ao Fundo Central de Resposta de Emergência, no montante de 200 mil EUR, em dezembro de 2021, gerido pelo Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários, tem por objetivo responder de forma ágil a crises humanitárias em todo o mundo;
- (iii) Constituição, por iniciativa de S.Exa. SENEK, de um fundo de emergência de apoio a Cabo Delgado, no valor global de 1,2 MEUR, que conta com o financiamento de diversas entidades portuguesas do setor privado, concretizado através do Fundo Fiduciário de Múltiplos Parceiros das Nações Unidas em Moçambique (*Mozambique Sustainable Development Multi-donor Trust II*);



REPÚBLICA PORTUGUESA

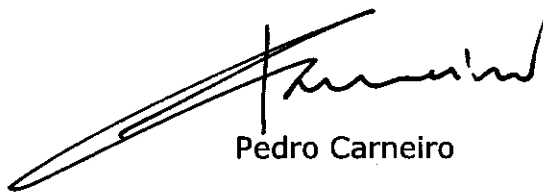
GABINETE DO MINISTRO DOS
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

- (iv) Apoio à Iniciativa Spotlight (iniciativa conjunta da União Europeia e das Nações Unidas com o objetivo de apoiar intervenções sobre violência baseada no género) no valor de 25 mil EUR, orientado para projetos que venham a ser desenvolvidos em Moçambique;
- (v) Financiamento da iniciativa *Maputo roadmap* do Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC) no valor de 100 mil EUR.

A situação em Cabo Delgado tem sido igualmente acompanhada pela CPLP, tendo aquela organização prontamente condenado as ações de terrorismo que o país tem vindo a sofrer. No XXVII Conselho de Ministros da CPLP, realizado em Luanda, no passado dia 3 de junho, a CPLP manifestou a sua solidariedade com o Governo e o povo moçambicanos no combate ao terrorismo na província de Cabo Delgado e saudou o apoio dos Estados-Membros da CPLP na estabilização da situação de segurança e no desenvolvimento socioeconómico.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete



Pedro Carneiro

BJ/AM